Ex-governador, Flávio Dino relata Consórcio Nordeste

PGR pede reabertura de processo contra Rui Costa

Rovena Rosa/Agência Brasil

Dino era governador do Maranhão na compra dos respiradores

Por Gabriela Gallo

O procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma manifestação em que ele classifica que há indícios de envolvimento do ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), no esquema de desvio de R$ R$ 48,7 milhões na compra de respiradores pulmonares em 2020, durante a pandemia de Covid-19. As informações são do jornal Estado de S. Paulo.

O caso foi remetido ao ministro Flávio Dino, que é o relator do caso. Gonet sugeriu que o caso seja repassado para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), já que, na época, Costa era governador da Bahia. O problema: Dino, à época da compra, era governador do Maranhão. Fazia parte do mesmo Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste), e repassou recursos para que a compra fosse realizada.

Na época da compra, Rui Costa era governador da Bahia e presidente do Consórcio Nordeste. Os respiradores, que tiveram o contrato fechado com a empresa Hempcare Pharma, tiveram o pagamento adiantado, mas nunca chegaram aos hospitais. O valor foi rateado pelos governadores da região Nordeste. Dino repasosu R$ 4,8 milhões para a compra.

O processo afirma que Rui Costa assinou um contrato com pagamento antecipado integral e sem garantias ao ente público. Em seu processo encaminhado à Suprema Corte, Gonet sugeriu a remessa para o STJ porque esse deveria ser o foro adequado a um governador por prerrogativa de função.

Até o fechamento desta reportagem, o gabinete do ministro do Supremo Flávio Dino disse que primeiro analisará a petição, decidindo se acatará o pedido do PGR ou não.

O ministro não declarou se considera haver impedimento de julgar o caso pelo fato de ter sido governador na época e participado do consórcio que fez a compra.

Entenda

Em abril de 2020, Rui Costa fechou um contrato de R$ 48, 6 milhões na compra de 300 respiradores pulmonares para os estados do Consórcio Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe). Seriam distribuídos 60 respiradores para a Bahia e 30 para cada estado que compõem o grupo, mas os respiradores nunca chegaram.

Em abril de 2022, a Polícia Federal (PF) deflagrou a Operação Cianose, em parceria com a Controladoria Geral da União (CGU), para investigar o caso. Em defesas anteriores, o ex-governador da Bahia declarou que, na época da pandemia do coronavírus, as compras eram realizadas com pagamento adiantado em decorrência da urgência em reforçar o sistema de saúde público na época a proliferação do vírus. Porém, de acordo com uma auditoria da CGU, no processo não constava uma justificativa para a escolha da empresa. A empresa contratada para o caso, Hempcare Pharma Representações Ltda., é especializada na comercialização de medicamentos à base de cannabis e não tinha nenhuma experiência ou qualificação na importação de respiradores pulmonares.

A investigação tramitou no Superior Tribunal de Justiça quando o investigado era governador. Contudo, o caso foi declinado para a primeira instância da Justiça Federal da Bahia após o fim do seu mandato na gestão estadual. Devido a mudanças no entendimento no foro por prerrogativa de função, o caso foi enviado ao STF. E, com a determinação da PGR, se Dino acatar a denúncia, o caso retornará ao STJ.

Defesa

Ao Correio da Manhã, a assessoria de comunicação de Rui Costa encaminhou uma nota afirmando que "é mentirosa a informação de que o Procurador Geral da República, Paulo Gonet, tenha atribuído qualquer tipo de prática ilegal ao ministro Rui Costa".

"Em sua representação ao Supremo Tribunal Federal, a PGR não apresenta nenhum novo elemento acusatório nem propõe qualquer responsabilização de Rui Costa. Dessa forma, a PGR mantém o entendimento manifesto, (...) de 'a assinatura (...) por si só não é capaz de tonificar sua responsabilização criminal'".

Lula aguarda "momento certo" para falar com Donald Trump

Lula Marques/Agência Brasil

Vieira: há um conluio para prejudicar o Brasil

Por Karoline Cavalcanti

Mesmo com as tentativas de negociações, a relação comercial e diplomática entre os Estados Unidos e o Brasil segue em um momento delicado. O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, adotou um tom firme nesta segunda-feira (4), condenando o que classificou como um "conluio" orquestrado por brasileiros com forças estrangeiras com o objetivo de atingir o país. A declaração foi feita a diplomatas na comemoração de 80 anos do Instituto Rio Branco.

Sem mencionar diretamente o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que se licenciou do mandato em março e passou a viver nos EUA, atuando diretamente em favor de sanções a autoridades brasileiras sob o argumento de denunciar violações de direitos humanos e favorecer o seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) — que é réu no STF por supostamente articular uma tentativa de golpe de Estado, após perder as eleições em 2022 —, o embaixador declarou sentir orgulho de sua atual tarefa de liderar o Itamaraty na defesa da soberania brasileira.

"Nesse ultrajante conluio, que tem como alvo a nossa democracia, os fatos e a realidade brasileira não importam para os que se erigem em veículo antipatriótico de intervenções estrangeiras", afirmou. "A Constituição cidadã não está e nunca estará em qualquer mesa de negociação. Nossa soberania não é moeda de troca diante de exigências inaceitáveis. Saudosistas declarados do arbítrio e amantes confessos da intervenção estrangeira não terão êxito em sua tentativa de subverter a ordem democrática e constitucional", prosseguiu.

"Momento certo"

Na ocasião, o chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, Celso Amorim, confirmou ao portal InfoMoney a intenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de conversar diretamente com o presidente dos EUA, Donald Trump (Republicano). Para esse contato ocorrer, no entanto, aguarda-se "o momento certo". A fala vai ao encontro de uma declaração do líder do Palácio do Planalto no último domingo (3), durante evento nacional do Partido dos Trabalhadores, em Brasília. Naquele momento, Lula defendeu que a negociação precisa ser feita com cautela, pois há "um limite de briga" com o governo norte-americano.

"O governo tem que fazer aquilo que ele tem que fazer. Por exemplo, nessa briga que a gente está fazendo agora, com a taxação dos Estados Unidos, eu tenho um limite de briga com o governo americano. Eu não posso falar tudo que eu acho que eu devo falar, eu tenho que falar o que é possível falar, porque eu acho que nós temos que falar aquilo que é necessário", disse o petista. "Nós não queremos confusão. Então, quem quiser confusão conosco, pode saber que nós não queremos brigar. Agora não pensem que nós temos medo", finalizou.

Tratativas

Com o prazo para a nova data da implementação das tarifas extras sobre produtos brasileiros no território norte-americano se encerrando na quarta-feira (6), o governo federal continua organizando tratativas sobre o tema. O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, convocou, também nesta segunda-feira, uma reunião com colegas da Esplanada. Entre os nomes, estiveram presentes os ministros da Casa Civil, Rui Costa; da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro; da Pesca e Aquicultura, André de Paula; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira; além de integrantes da Fazenda, da Indústria, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), da Apex Brasil e diversos representantes do setor produtivo.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Andressa Anholete/Agência Senado

Do Val e Portinho: líder do PL quer tirar Moraes do STF

Caso de senador reforça pedido de impeachment

A oposição decidiu utilizar as punições contra o senador Marcos do Val (Podemos-ES) para engrossar a campanha pelo impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

Líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ) vai apresentar um novo pedido de impedimento de Moraes, desta vez, baseado no que classifica de abusos cometidos contra o colega.

A lógica é simples: reforçar que as medidas abrem de vez o caminho para que o STF puna parlamentares e desrespeite prerrogativas de integrantes do Legislativo.

No mês passado, o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), ressaltou que 65 deputados respondiam a processos no STF.

'Zumbi'

Portinho ressalta que, desde agosto do ano passado que Do Val, era o que classifica de "senador zumbi" devido a restrições impostas por Alexandre de Moraes. Agora, a situação é ainda mais grave, com o bloqueio total de seu salário e das verbas de seu gabinete.

Orçamento

O líder do PL ressalta que, ao bloquear verba de gabinete, o ministro interfere no orçamento do Senado, órgão do Poder Legislativo. O pedido de impeachment vai se basear nessa medida e em pontos como a proibição de redes sociais, que classifica de censura.

Carlos Moura/Agência Senado

Início do processo depende de Alcolumbre

Oposição quer 41 adesões e ameaça obstruir trabalhos

O senador frisa também que Do Val sofre medidas de restrição de liberdade sem sequer ter sido denunciado. Ele é investigado por divulgar suposto plano para expor policiais federais que atuam em investigações de processos relatados por Moraes.

A oposição tenta conseguir completar 41 assinaturas para o pedido de impeachment de Moraes apresentado pelo senador Marcos Rogério (PL-RO) — faltam cinco. O número não obriga o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP) a dar andamento à proposta, mas cria um fato político. "Com 41 assinaturas (maioria do Senado), vamos partir para a obstrução", diz Portinho

Limites

A oposição também pressiona Alcolumbre para que sejam votadas propostas, como emendas constitucionais, que limitem poderes de ministros do STF em relação a parlamentares. O argumento é o mesmo do caso do pedido de impeachment: violação de prerrogativas.

Aposenta

Por falar no Xandão: o ministro divergiu do colega Gilmar Mendes e, no plenário virtual, votou a favor da aposentadoria especial para guardas municipais. Isso, até que os municípios editem leis específicas sobre o tema. Nove ministros ainda precisam votar.

Cabeça 1

A pesquisa que serviu de base ao livro "A cabeça do brasileiro, vinte anos depois", de Alberto Carlos Almeida, mostra que a polícia subiu muito no conceito da maioria da população. Em 2002, 38% consideravam que a instituição era competente; o índice foi para 58%.

Cabeça 2

Há 20 anos, 43% achavam que a polícia era bem-intencionada; 34%, que era honesta; 33%, que respeitava os direitos do cidadão. Os novos percentuais são 55%, 47% e 43%. Uma percepção não mudou: 68% avaliam que policiais tratam brancos melhor do que pardos e negros.